



Nº 39 - OUTUBRO 2022

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: DIVULGAÇÃO FDUSP



Passado, presente e futuro em disputa: por direitos e dignidade

**Carandiru 30 anos:
a democracia dos
massacres**

**Violência política
cresce nas periferias
com eleições**

AGENDA DE LUTAS OUTUBRO DE 2022



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Passado, presente e futuro em disputa: por direitos e dignidade a todos e todas!



FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

A Revista Reconexão Periferias deste mês é escrita entre os dois turnos das eleições presidenciais de 2022 no Brasil. Em um momento, portanto, de forte disputa de rumos de projetos de país, do futuro que queremos construir. Em jogo, optar pela liderança de Lula para conduzir um

país que seja construído tendo a dignidade humana, de todos e todas, acima de tudo, investindo na educação, na cultura, nos pequenos negócios das periferias e no emprego de qualidade.

De outro lado, sob o falso manto da moralidade, seguir com Bolso-

naro e sua tentativa de desmonte de políticas públicas e direitos históricos, aprofundar a volta da fome, o desemprego e a informalidade, cortar verbas da cultura, educação e direitos humanos. Esse confronto, por mais que suas concepções sejam opostas, deveria sempre se dar na arena

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ EDIÇÃO LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

política, respeitando as regras da democracia e sem violência. Contudo, temos assistido uma escalada de atos, longe de serem isolados, de ações violentas contra eleitores de Lula e do PT. Quase sempre incentivadas pelo atual presidente ou tendo dele o silêncio cúmplice.

Mas não é só o futuro que está em disputa. A narrativa sobre o passado, sobre nossa história coletiva, também é alvo desse conflito. Por isso, no mês em que se completam 30 anos do Massacre do Carandiru, trazemos esse tema para debate, para não esquecer de nossa história e reafirmar nossa posição antirracista, de não criminalização da pobreza, e em defesa de políticas de desencarceramento no Brasil. Há 30 anos, cerca de 320 policiais fortemente armados, inclusive com fuzis, invadiram o Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru, executando sumariamente 111 pessoas. Laudos periciais evidenciaram que a maioria dos detentos

foram assassinados ajoelhados ou deitados, o que comprova a intenção do estado paulista em matar aqueles sob sua custódia, que já eram submetidos a condições desumanas antes da tragédia, como a superlotação, por exemplo, pois a capacidade do prédio era para 3300 presos, mas abrigava mais de 7200.

Para tratar do tema do massacre do Carandiru, entrevistamos Viviane Balbuglio, advogada que participa da construção da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo e da Associação Amparar. Viviane afirma que é preciso refletirmos sobre o nosso sistema prisional e a política de justiça criminal como um todo, ambas baseadas em uma estrutura escravocrata. Para ela, o caminho não deve ser de construção de mais presídios, e sim uma política de segurança pública pensada sobretudo para modificar as bases de um sistema que não tem como centro de fato a segurança de quem sofre qualquer tipo de

crime, muito menos saídas para as pessoas, após o encarceramento.

Como forma de denúncia e proposta de reflexão sobre a violência política que estamos vivenciando no presente, trazemos a reportagem de Isaías Dalle, que afirma que tal violência “é um dos resultados mais chocantes do processo eleitoral de 2022. Além dos assassinatos com motivação política e eleitoral que viraram notícia, pesquisas demonstram que essa violência assumiu proporções maiores e mais frequentes, muitas vezes sem que o público tomasse conhecimento.”

Nas periferias, a violência também atinge as organizações e coletivos que atuam por melhores condições de vida de seus moradores e moradoras, muitas vezes sob a forma de enfrentamento com grupos privados armados. É o que mostram os dados do mapeamento do Reconexão, e é o tema de reflexão do artigo de Victoria Lustosa Braga, Sofia Toledo e Ruan

Bernardo, pesquisadoras e estagiário do Projeto Reconexão Periferias.

O perfil de coletivo mapeado desta edição é da Associação Educativo-Cultural Tarcília Evangelista de Andrade (AEC-TEA), de Capim Grosso (BA). Surgida em 1999 como iniciativa de um grupo de jovens voluntários, profissionais e estudantes, aposta em educação e cultura para formar jovens lideranças periféricas, e desde sua fundação vem construindo um movimento de artistas e educadores que trabalham para difundir educação e cultura em sua comunidade, movidos pelo desejo de assegurar um mundo mais justo, sustentável e igualitário.

Na seção “Quando novas personagens entram em

cena”, apresentamos Vinícius Castello, vereador de Olinda (PE) pelo PT. Na entrevista, ele conta um pouco de sua trajetória na militância e fala também sobre seu mandato, que atua prioritariamente com políticas públicas antirracistas, de combate à fome e às desigualdades. Para Vinícius, “falar sobre favela, sobre a periferia é também entender como, infelizmente, essas pessoas, em sua grande maioria, estão sendo negligenciadas politicamente. É necessário um processo de retomada não só da autoestima, mas do pensamento crítico, para que consigam entender que elas são a potência motora dessa sociedade e, a partir disso, se colocarem não como coadjuvantes de uma narrativa que é construída goela abaixo,

mas estar no protagonismo de construção de uma renovação política.”

Dar o protagonismo da construção da política para quem realmente constrói esse país, retomar e respeitar nosso passado diz muito sobre nosso presente e sobre o futuro que queremos construir para nossa sociedade. Nós esperamos que com essa edição da Revista Reconexão Periferias possamos contribuir para fortalecer ações em torno da vitória de um projeto de país que valorize a vida e os trabalhadores e trabalhadoras, que combata o machismo e a LGBTQIA+fobia, que tenha o antirracismo como pilar central e que garanta direitos humanos para toda sua população.

Boa leitura, boas lutas e boa eleições! ■

Entre organizações mapeadas, 74% já enfrentaram algum tipo de repressão

VICTORIA LUSTOSA BRAGA, SOFIA TOLEDO E RUAN BERNARDO

VICTORIA LUSTOSA BRAGA É PESQUISADORA DA ÁREA DE CULTURA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS.

SOFIA TOLEDO É PESQUISADORA DA ÁREA DE VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS.

RUAN BERNARDO É ESTAGIÁRIO PESQUISADOR DAS ÁREAS DE CULTURA E VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS.



FOTO: TVT REPRODUÇÃO

Desde 2018 o Projeto Reconexão Periferias realiza o “Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras”, que hoje conta com 854 mapeados em todas as unidades federativas, de periferias urbanas, rurais, de povos e comunidades tradicionais e com uma diversidade de atuações. Esse mapeamento traz questões que abordam frentes diversas dessas entidades: seus principais temas de atuação, atividades realizadas, parceiros, meios de financiamento, entre outros.

Uma delas trata das formas de cerceamento enfrentadas por organizações, e cerca de 74% delas já enfrentaram pelo menos um tipo de repressão. Entre os modos de cerceamento

que as entidades sofrem ou já sofreram, foram citados: racismo, machismo, repressão policial, intolerância religiosa, LGBTIfobia, xenofobia e enfrentamento com grupos privados armados.

Neste breve texto, trataremos especificamente daqueles que relataram enfrentamento com grupos privados armados, que correspondem a 11% dos mapeados (94). Esse tipo de cerceamento não

se manifesta só pela violência física, mas também política e simbólica, além da imposição do medo e da repressão como resposta à sua atuação.

Antes de falar diretamente sobre resultados, é importante apresentar quais são as organizações mapeadas que relatam esse tipo de violência. Enquanto na amostra geral temos 54% dos mapeados enquadrados no eixo de cultura; 23% de violência e 23% de trabalho, entre as 94 organizações que enfrentam conflitos com grupos armados há uma diminuição dos mapeados de cultura e um aumento dos mapeados de violência: 45% são de cultura; 32% de violência e 23% de trabalho. Entre elas, há movimentos artísticos de rua como saraus e batalhas de rap; movimentos que atuam com a defesa de povos originários e luta por terra, moradia e meio ambiente; defesa dos direitos humanos; defesa de direitos de crianças e adolescentes; movimentos de combate ao racismo e a intolerância religiosa; movimentos de mães e

familiares de vítimas da violência de Estado, e outros. Além de grupos e centros de estudo, entidades de assessoria jurídica, coletivos de estudantes, associações comunitárias, grupos feministas, LGBTs e organizações culturais.

Ainda sobre as características gerais dessas entidades, enquanto na amostra geral há 29% de coletivos, 20% de ONGs, 16% de associações, 14% de coletivos artísticos, 11% de movimentos sociais, 6% de institutos, 2% de fóruns, e cooperativas, sindicatos e fundações com 1% cada, na amostra específica para este grupo, o número de ONGs aumenta para 23%, o de coletivos cai para 18%, o de movimentos sociais aumenta para 18% e o restante permanece relativamente estável. Isso indica que, no nosso mapeamento, as ONGs, os movimentos sociais e os coletivos, ainda que este último diminua em relação ao total da amostra, são os mais atingidos por esse tipo de violência. Em termos de localização,

elas estão em praticamente todas as unidades da federação, o que demonstra como esse tipo de enfrentamento atinge os mais variados territórios. Apesar da distribuição das organizações por todo o país, chama atenção que nos estados do Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Roraima, a proporção dos que afirmam sofrer ou ter sofrido esse tipo de cerceamento é quase o dobro da proporção de mapeados da amostra geral em cada uma dessas unidades. Também são registrados aumentos significativos nessa proporção no estado da Bahia e no Paraná.

Em termos de âmbito de atuação e abrangência, entre os 854 mapeados, 34% relatam ter a cidade como principal foco, 28% o estado, 18% o país, 16% o bairro e 4% o âmbito internacional. Já no caso daqueles que sofrem ou já sofreram cerceamentos de grupos privados armados, 29% possuem o estado como principal âmbito de abrangência e atuação, 27% o país, 20% a cidade e 12% o bairro.

Essa mudança indica que as organizações que são vitimadas por esse tipo de violência atuam de maneira menos focalizada nas cidades em comparação ao total de mapeados. Ou seja, apesar do enfrentamento com grupos privados armados remeter frequentemente à dimensão territorial, essas organizações possuem âmbitos de atuação mais abrangentes.

No caso do total dos mapeados, os três principais temas de atuação são respectivamente: direitos humanos, educação e luta antirracismo. Já no

caso dessas 94 organizações, os três principais temas de atuação são: direitos humanos, luta antirracismo e violência. Observa-se assim, que o tema da violência vem para o primeiro plano no caso dessas entidades, o que reforça mais uma vez o quanto organizações que trabalham com pautas relacionadas à violência, seja por meio de formações políticas, arte, assessoria ou outras formas de atuação, estão mais submetidas à formas diretas e físicas de violência, como o enfrentamento com grupos

privados armados.

Essas organizações não só atuam mais diretamente com a temática da violência como também são mais vitimizadas por outros tipos de violência em comparação ao geral dos mapeados. Conforme evidenciam os gráficos abaixo, não só a violência de grupos privados armados atinge essas organizações em maiores proporções. Elas também relatam sofrer ou já terem sofrido todos os outros tipos de cerceamento com mais frequência que as demais.

Gráfico 1 – Cerceamentos enfrentados pelo total de 854 mapeados:

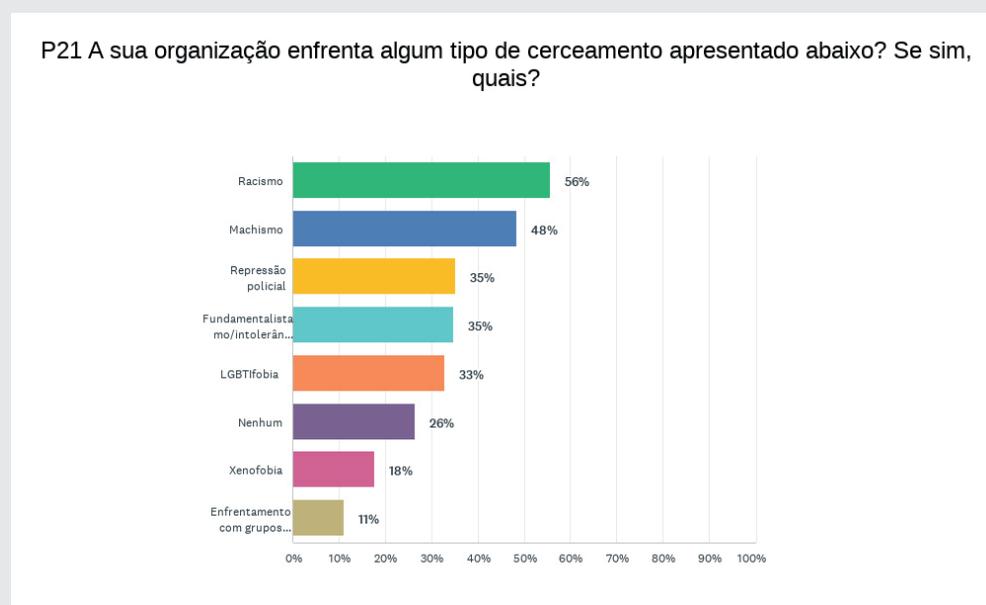
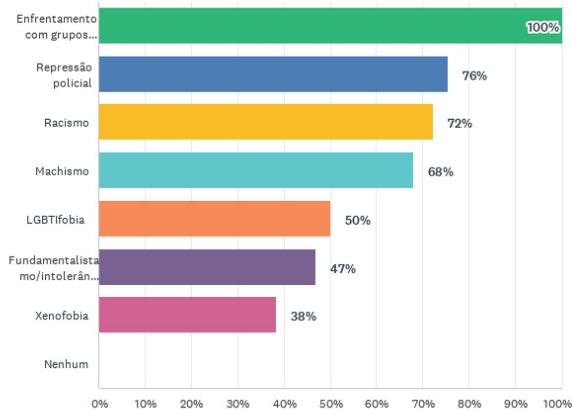


Gráfico 2 – Cerceamentos enfrentados pela amostra de 94 mapeados:

P21 A sua organização enfrenta algum tipo de cerceamento apresentado abaixo? Se sim, quais?



Esses gráficos apontam para um cenário preocupante: o enfrentamento com grupos privados armados, cerceamento menos relatado no geral das organizações mapeadas, parece ser parte, ou talvez, a gota d'água de uma dinâmica de cerceamento muito maior e mais frequente que atinge essas 94 entidades, passando por violências físicas, simbólicas, de gênero, raça, religião e outros. Chama atenção, principalmente, o fato de que, no caso dessas organizações, o relato de repressão policial também dobra em comparação ao total de mapeados. Ou seja, a

violência que atinge esses grupos é, também, uma violência estatal, marcada pela repressão policial, e não apenas pela repressão dos grupos privados armados. Isso aponta justamente às dinâmicas legais e ilegais dos agentes que atuam nesse tipo de repressão, que servem tanto o Estado quanto interesses de grupos privados. Cabe questionar como se dão os processos de responsabilização jurídica e política nesses casos de violações, além do reconhecimento de que nessa conjuntura o mercado de segurança privada se constitui como um atrativo para agentes de segurança

do Estado atuarem fora de serviço.

O problema dos grupos armados que atuam nas periferias tem se agravado, há um aumento de empresas privadas de segurança em zonas de conflito e o número de territórios sob domínios desses grupos armados tem crescido. No Rio de Janeiro, por exemplo, de 2006 a 2021 as milícias expandiram 387,3% suas áreas de controle, e são apontadas como principais responsáveis pelo aumento das áreas sob domínio de grupos armados¹. Importante ressaltar que esses grupos não atuam somente em

territórios urbanos, mas também em territórios rurais e de povos e comunidades tradicionais. Em outro texto, já destacamos o quanto o enfrentamento com grupos privados armados é mais frequente para as organizações do nosso mapeamento que atuam no tema agrário ou rural². Segundo o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra³, em 2021 os conflitos e assassinatos no campo seguiram acima da média pelo terceiro ano seguido e os dados mostram que,

em relação a 2021, houve um aumento de 75% dos assassinatos em conflitos no campo.

O enfrentamento com grupos privados armados é só uma dimensão da criminalização dos movimentos sociais e das violências que cerceiam organizações periféricas por todo o país. Essa violência não é só física, é também simbólica, psicológica e política e tem como objetivo cercear ou impossibilitar completamente a atuação desses grupos que

possuem um papel central não só em seus territórios, mas também nas lutas políticas mais amplas em defesa das populações periféricas e marginalizadas. Apesar disso, sabemos que os movimentos sociais e as organizações mapeadas pelo Reconexão Periferias seguem não só reexistindo mas também acolhendo e formando as populações das periferias brasileiras, como indica nossa última pesquisa sobre cultura, política e sociabilidade nas periferias⁴. ■

1. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapa-historico-dos-grupos-armados>

2. Ver mais em: "Mapeamento coletivos e movimentos das periferias - agrário/ruralidades" na edição de junho/2019 da Revista Reconexão Periferias. <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/06/revistareconexaoperiferias0619.pdf>

3. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

4. Ver mais em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/09/FINAL-Apresentacao-da-pesquisa-de-Cultura-e-Sociabilidade.pdf>

Carandiru 30 anos e a democracia dos massacres

ROSE SILVA



FOTO: ACERVO PESSOAL

A tragédia do Carandiru começou com uma briga entre dois presos no dia 10 de outubro de 1992, que se transformou no estopim de um massacre, no qual 111 presos da Casa de Detenção morreram depois que a Polícia Militar entrou no Pavilhão Nove para controlar a rebelião. Lá estavam 2070 dos 7257 detentos que ficavam naquele local. No térreo, não houve mortos. No segundo patamar, que foi controlado pela Rota, 15 presos foram assassinados. Nos outros três andares, morreram 96, a maior parte deles atingida por armas de fogo.

Os sobreviventes foram obrigados a tirar suas roupas e passar por um corredor polonês formado por PMs. Também foram incumbidos de retirar os corpos das celas e dos corredores. Segundo a versão dos policiais, as mortes foram em legítima defesa. Já os sobreviventes e familiares das vítimas rebatem dizendo que os detentos foram massacrados e que os policiais entraram lá para matar. As marcas de

tiros no interior de algumas celas indicam que foram dados de fora para dentro, o que reforça esse argumento.

Sobre as consequências dessa terrível tragédia de 30 anos atrás, entrevistamos a advogada Viviane Balbuglio, que participa da construção da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo e da Associação Amparar.

O que a motivou a participar da luta pelo desencarceramento e da Associação Amparar?

Eu pessoalmente sou motivada a pensar o mundo sem prisões a partir de uma perspectiva de que vivemos em uma sociedade com desigualdade estrutural. E refletir sobre a forma como a gente busca responsabilizar conflitos sociais é extremamente importante para entender o signifi-

cado de uma vida digna para as pessoas, que seja minimamente igual. Meu primeiro contato com a ideia dos direitos veio dos cursos das promotoras legais populares que minha mãe fazia. Mesmo criança, absorvi muito disso. Acho que foi daí que acabei indo pra faculdade e, desde então, com um incômodo, em busca de outros espaços onde se possa rever essa estrutura desigual e racista. Vivi e cresci na periferia do ABC, assim desenvolvi essa preocupação. Nem tanto por ter tido contato na minha trajetória familiar, mas desde que eu entrei na universidade percebi que era um campo que precisa ser pautado. A partir daí tive experiências de vida, de trabalho, que me trouxeram a esse lugar, a estar em movimentos sociais que querem o mundo sem opressões, mas também entender como é importante a gente produzir conhecimento sobre isso, dialogar com as instituições que constroem o Direito.



FRENTE ESTADUAL PELO DESENCARCERAMENTO DE SÃO PAULO. FOTO: ACERVO PESSOAL

Falando pouco sobre o que aconteceu no Carandiru 30 anos atrás, a Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou neste ano um projeto que anistia os policiais militares processados antes mesmo de haver uma condenação. Então, gostaria que se retomasse o andamento desse processo, no qual hoje ninguém foi responsabilizado e já tentam anistiar os responsáveis antes mesmo de serem condenados.

O projeto de lei aprovado na Comissão, que busca anistiar os policiais que estiveram no massacre do Carandiru, ainda vai passar por outras comissões. Mas acho que ele traz muito do que sig-

nifica politicamente falar desse episódio. A resposta institucional não dá conta da urgência que a gente tem de viver, de ter liberdade, de ter dignidade. No caso, a política pública se mobilizou para esquecer o palco de um dos episódios mais trágicos da história do Brasil. Tentam apagar que o massacre aconteceu. A Casa de Detenção foi demolida e no lugar dela foi construído o Parque da Juventude, então é possível você circular ali sem pensar no massacre, apesar das ruínas que ficam mais isoladas. Um lugar que não foi construído para preservar a memória e garantir que não aconteça de novo.

Outro exemplo é a atuação no âmbito do Legislativo. Há esse projeto de lei que tenta dar anistia aos policiais, e a gente vê que vem de uma Comissão de Segurança Pública que pensa sob um viés extremamente punitivo. Nunca para formular a segurança pública a partir de uma lógica comunitária de responsabilização.

Mais uma esfera é o Poder Judiciário, que desde a época do ocorrido vem adotando uma série de procedimentos. O Tribunal de Justiça de São Paulo, depois de anos, havia anulado a decisão judicial que condenava os policiais. Hoje, essa decisão foi revertida pelo Superior Tribunal de Justiça. No momento, aguardamos o que juridicamente chamamos de trânsito em julgado definitivo.

O Núcleo do Crime e da Pena da FGV tem um site só com o acervo do Dops sobre o Massacre do Carandiru e mostra o papel do movimento, dessa iniciativa de pesquisa: não esquecer, pen-

sar sobre o que aconteceu ali, o que as instituições estão fazendo e para a gente cobrar esse tipo de resposta. O que significa esses policiais terem uma condenação depois de 30 anos? Há um apelo e um significado político muito importante. Mas talvez essas estratégias todas sejam também uma forma de refletir sobre o que fazer cada vez que acontece uma situação assim, porque continua acontecendo. Vários massacres marcam a história do sistema prisional brasileiro na história e nos últimos anos, os Crimes de Maio, Paraisópolis. Então, será que as respostas institucionais dão conta?

Quais foram as mudanças provocadas pelo massacre do Carandiru? Ele foi indutor de alterações no sistema prisional, na vida dos presos?

Houve uma mudança de política. O massacre do Carandiru trouxe o próprio questionamento da possibilidade de a Polícia Militar entrar em presídios do Estado de

São Paulo. Falo de São Paulo porque em outros estados a polícia entra nos presídios. Mas o que aconteceu aqui? Foram criadas outras formas de fiscalização do sistema prisional, que não são ideais também, que usam muito uma lógica da própria Polícia Militar, por exemplo, o Grupo de Intervenção Rápida, que hoje faz esse tipo de ação de revista do sistema prisional. A demolição do presídio da Casa de Detenção levou à interiorização dos presídios, dos anos 1990 em diante. No site da Secretaria de Administração Penitenciária vemos presídios espalhados pelo estado inteiro,

Vários massacres marcam a história do sistema prisional brasileiro na história e nos últimos anos, os Crimes de Maio, Paraisópolis. Então, será que as respostas institucionais dão conta?

em regiões em que às vezes a cidade toda se move em torno da existência dele. Isso é muito complexo. O que isso trouxe para as pessoas presas? O trauma. Eu acho que o trauma de um episódio como esse deveria justificar uma reparação coletiva. A gente conversa muito sobre as pessoas que foram lesionadas, que tiveram sequelas para toda a vida, que não tiveram nenhum tipo de reparação do Estado.

Recentemente também tive contato com um artigo escrito pela professora Máira Machado em parceria com duas outras pesquisadoras, que andaram ali na região do parque e tentaram identificar não só no parque, mas no Museu Penitenciário Paulista: onde é que está escrito que lá ocorreu um massacre? Até isso está sob disputa, porque o Estado não chama de massacre, chama de rebelião, de uma série de outras coisas. E o artigo delas é superinteressante porque vão pegando esses nomes para mostrar como a gente constrói as narrativas.

Um dos pontos que a gente viu é uma política que não lidou com esse trauma. As pessoas estão sendo presas diariamente e muitas vezes são levadas para lugares cada vez mais distantes. Isso impacta muito o contato da família com elas. Tem muita gente que vive aqui na capital, mas tem filhos presos no Centro de Detenção Provisória, que se chama Nova Independência, que fica a quase oito, nove horas de viagem. Como é que faz para organizar a visita ao familiar, levar comida pra ele, ter dinheiro pra viver e também sustentar uma pessoa que está na prisão? Foram essas as mudanças da política penitenciária para a pessoa que está presa.

As famílias de pessoas presas são essenciais para saber o que acontece

dentro da blindagem da política penitenciária em que a gente vive, muito fechada para o trabalho da sociedade civil. Acho que é muito dolorido também conhecer pessoas que tiveram familiares mortos no massacre do Carandiru, mas continuam vivendo com a realidade de apoiar, amparar outros familiares mais jovens da família que seguem presos, que seguem esse ciclo de criminalização.

Já houve uma discussão séria das instituições, dos partidos e da sociedade civil sobre uma alternativa à política de encarceramento no Brasil? Por que é tão difícil avançar nesse tema?

Temos de pensar o que se chama de segurança pública, o que significa, para quem ela serve hoje e



FOTO: ACERVO PESSOAL



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

o que ela poderia significar para quem de fato quer sair para trabalhar às 4h e se sentir seguro de não perder o celular, que está pagando a prestação. Vou dar um exemplo, que é o encaminhamento hoje da política de segurança pública para o trabalhador que é assaltado no ponto de ônibus. Vai fazer um boletim de ocorrência e não haverá uma investigação policial, pois as delegacias estão abarrotadas de inquéritos. Se algum dia levar alguém a ser investigado ou preso por isso, o trabalhador não vai ser reparado necessariamente.

Encarcerar o jovem que

pode ter furtado o celular, porque é isso que a gente vive, nesse contexto de desigualdade, só aumenta a desigualdade. Esse exemplo do trabalhador que é furtado no ponto de ônibus é muito simbólico de que a política de reparação e a segurança pública não dialogam. A segurança pública não é a política penitenciária. Ela não é construída nem para pensar a saída da pessoa que está presa e muito menos para pensar em quem de fato sofre qualquer tipo de crime. O mesmo vale para as políticas de repressão ao tráfico de drogas, e a gente precisa parar de também até usar

a palavra tráfico, porque as pessoas transportam, guardam a droga para ter posições que são muito similares às de trabalho, já que é isso que está sendo oferecido. Então, quando a gente vai pensar em respostas que não sejam necessariamente encarcerar, é necessário rever todos esses outros processos.

Temos uma série de exemplos para constatar que a segurança pública hoje não dá conta dos problemas que surgem na sociedade. E aí a prisão é justamente um espaço normalizado, assim como uma escola, assim como um hospital. É preciso

questionar por que se assiste a um programa de televisão que mostra o dia-a-dia de uma prisão. Por que consumir esse tipo de coisa?

Vemos tanto aqui no Brasil quanto em outros lugares do mundo que às vezes a responsabilização vem muito mais de um espectro comunitário. No Código Penal do Brasil, por exemplo, criado na década de 1940, quais eram os interesses ali para dizer que uma coisa era crime, outra não? Isso não faz sentido em todas as comunidades do Brasil. Quando a gente pensa, por exemplo, nos próprios métodos de resolução de conflitos dos povos indígenas do Brasil, o que se sabe

sobre isso? Como é que se pode aprender mais do que é tradicional não só do Brasil, mas dos outros povos da América Latina, para construir métodos de responsabilização? É algo a ser aprendido com os movimentos de mães, porque são mulheres que perderam o marido, os filhos, ou para a polícia ou para o sistema prisional, enfim, pra essas lógicas que matam. Que vivem e se organizam pra refletir sobre o que elas esperam. A responsabilização do Estado não necessariamente significa jogar alguém dentro da prisão, mas que o Estado reconheça que seus filhos morreram e tinham uma vida digna, família, que os familiares sofrem com

isso. Então, considerar e entender quem são todos esses atores nos conflitos faz parte de repensar o que significa uma sociedade não prisional.

Outro ponto essencial para o Brasil levar em consideração é que o sistema prisional e a política de justiça criminal como um todo, são baseados em uma estrutura escravocrata. Não é à toa que as pessoas nas periferias são muito mais visadas pelas ações policiais do Estado. Então, visitar também essa história da escravidão, lidar de novo com um processo de reparação e memória, entender esse trauma que afeta a construção de política pública e a vida das pessoas. E aí



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

o caminho não é construir mais presídios.

É um desafio gigante a segurança pública. Existe algo que seja realmente uma prioridade, que a sociedade espera que seja feita para que novos massacres não ocorram e acabar com a política de morte existente nas prisões do Brasil?

O campo prioritário é pensar nos jovens. Não dá, por exemplo, para colocar adolescentes na Fundação Casa se eles forem sujeitos a medidas socioeducativas. Mas já pensar qual é a perspectiva e o futuro de jovens que moram nas periferias aqui de São Paulo, na vida e oportunidades que possam ter. É essencial que os presos tenham o mínimo de acesso e possibilidade de estar junto com seus familiares, já que os presídios são tão longe e não há política pública que dê o mínimo de assistência para transporte, enfim. Outro ponto: creche para mulheres que precisam se deslocar todo esse tempo. É necessário defender uma série de direitos que

foram ameaçados nos últimos anos.

Tem uma outra ação que aconteceu recentemente, frustrante para quem está em movimentos sociais, porque a Defensoria Pública é um órgão essencial para a família de quem está preso, para todo mundo. A Defensoria Pública de São Paulo fez um convênio com a Polícia Militar para atender policiais de forma irrestrita. Esse convênio é um retrocesso muito grande, que ofende as mães, os familiares de pessoas mortas pela polícia, porque descreve a possibilidade de a Defensoria defender de forma irrestrita a polícia que mata. Não estou dizendo que os policiais não precisam de defesa, mas foi muito uma medida que nos pegou e que não tem condição de continuar no ano que vem. A gente, por exemplo, tem uma Defensoria Pública que até hoje não voltou essencialmente no atendimento presencial para as pessoas. Os movimentos exigem a defesa de pessoas em situação de rua, as

pessoas presas, as mulheres. Eu acho que é outra atuação, e essa daí deixou todo mundo perplexo e sem saber o que mais que a gente vai perder.

São 30 anos do Carandiru e as respostas, por exemplo, judiciais, não foram suficientes para pensar responsabilização da polícia. A polícia passou a matar mais e o que isso significa? O que significa, por exemplo, a gente ter visto os Crimes de Maio ou os massacres que aconteceram em presídios de Manaus em 2017, 2019 em Altamira, depois em Roraima, sabe? E aí a gente vê que não é uma situação isolada o que acontece aqui em São Paulo. Essa lógica do Carandiru também se expandiu para outros lugares do Brasil a partir dos contextos locais. Então, tem muita coisa para repensar a segurança pública desde sempre. Essas discussões sobre o uso de câmeras por policiais, será que agentes prisionais não deveriam usar câmeras? ■

CARTA "2 DE OUTUBRO, UM MARCO DA DEMOCRACIA DOS MASSACRES"

No próximo dia 2 de outubro, completam 30 anos do Massacre do Carandiru, que assassinou 111 pessoas dentro do maior presídio da América Latina. Uma intervenção da Polícia Militar no presídio, sob o pretexto de conter um pavilhão, causou a morte de 111 pessoas e tantas outras não contabilizadas e invisibilizadas, tornando esse evento um marco da violência, da tortura e das mortes ordenadas pelo estado no sistema prisional. Este ano, essa data que é historicamente marcada por manifestações em memória do Massacre, será também a data do primeiro turno das eleições.

Para aqueles que redigiram e assinaram a "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!", lida no dia 11 de agosto em frente à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, as urnas deveriam ser o momento de "ápice da democracia", que estamos sendo impedidos de viver plenamente graças às ameaças à legitimidade do processo eleitoral. A Carta diz: "ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momentos de imenso perigo para a normalidade democrática". Cabe a nós questionar: que normalidade é essa? De que democracia estão falando? O Estado Democrático de Direito normalizou a barbárie cotidiana, e se orgulha de ter no centro do seu sistema de justiça uma invenção como a prisão: lugar de tortura e morte, como há anos denunciavam as mães, familiares e sobreviventes dessa máquina genocida.

"Ditadura e tortura pertencem ao passado", diz a carta. Mas infelizmente, a tortura no Brasil não começou com a ditadura militar (de cujos crimes, vale lembrar, os responsáveis foram gratificados com a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita), nem acabou em 1985. A seletividade penal e o sistema prisional escancaram as estratégias de controle do Estado brasileiro sobre os corpos negros, pobres e periféricos. A linha do tempo dessa democracia de massacres nos mostra isso.

Em 2 de outubro de 2022 completa-se 30 anos do Massacre do Carandiru, e desde lá já testemunhamos o Massacre de Eldorado do Carajás, a Chacina da Sé, os Crimes de Maio, a Chacina de Osasco e Barueri, o Massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus, o Massacre da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo em Roraima, o Massacre prisional de Altamira no Pará, a Chacina do Jacarezinho, o Massacre de Paraisópolis no Baile da 17, o genocídio promovido pela anti-política do governo Bolsonaro diante da pandemia de COVID-19, dentre tantos outros, muitos deles pouco noticiados e rapidamente esquecidos por quem não estava lá.

Acontece que, a memória dos que se foram nunca morre na lembrança dos que ficaram. E por isso estamos aqui mais uma vez. E interrompemos a atmosfera eleitoral para pedir ao menos 1 minuto de silêncio. Para lembrar que o dia 2 de outubro não é importante somente por ser o dia das eleições. É também um momento de entoar luto coletivo por todas as vidas interrompidas sob o manto do regime democrático. Derrubar o genocida que está na presidência hoje não será suficiente para que a tão reivindicada democracia de fato se realize. É preciso parar imediatamente o projeto de extermínio sistemático, legitimado por todos os governos que passaram, que se perpetua diariamente através das prisões e dos massacres promovidos pelo Estado. Sem isso, não há novo presidente que possa proclamar o fim da barbárie.

Bolsonaro e seu governo provam o que a história sempre nos mostrou: vivemos em um sistema que se alimenta do genocídio contra o povo negro e os povos originários, e nessa chamada "democracia" os massacres estão na ordem do dia. A nossa história é de resistência, não começou com Carandiru e não se encerra enquanto os nossos e as nossas estiverem sendo presos e presas, torturados(as) e assassinados(as). Toda prisão é política e por isso reivindicamos a anistia de todas as pessoas vítimas da política de encarceramento em massa. Em memória das mais de 111 vidas perdidas no Carandiru, e de todas as demais vítimas dos massacres nas prisões e nas ruas, seguiremos lutando!

Frente Estadual pelo
Desencarceramento
de São Paulo

TODA PRISÃO É UMA
PRISÃO POLÍTICA!

@desencarcerasp

30 ANOS DO CARANDIRU: DEMOCRACIA DOS MASSACRES

1992

No dia 2 de outubro, o maior presídio da América Latina conhecido como Carandiru, passou por um massacre, onde 111 pessoas e, tantas outras, foram assassinadas através de uma intervenção truculenta e genocida da Polícia Militar.



1996

Massacre de Eldorado do Carajás através repressão da Polícia Militar contra integrantes do Movimento dos Sem Terra - MST



Pará - Eldorado do Carajás
 ■ 21 mortos

2004

Chacina da Sé por meio de ataque a moradores de rua da Praça da Sé com participação da Polícia Militar



São Paulo - Capital
 ■ 7 mortos

2006

Crimes de Maio foi um massacre promovido pela Polícia Militar e grupos de extermínio contra jovens da periferia.



São Paulo - Baixada Santista, Guarulhos e Capital paulista
 ■ 564 mortos

2015

Chacina de Osasco e Barueri foi um massacre com envolvimento de policiais militares e policiais civis justificados por vingança de uma suposta morte de um policial.



São Paulo - Osasco e Barueri
 ■ 17 mortos (números imprecisos)

2017

Massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ Amazonas - Manaus



■ 56 mortos

Massacre de Boa Vista - Penitenciária Agrícola de Monte Cristo Roraima - Boa Vista
 ■ 33 mortos

2019

Seqüência do Massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ Amazonas - Manaus



■ 15 mortos

Massacre de Altamira - Centro de Recuperação Regional de Altamira e em caminhão-cela Pará - Altamira

■ 62 mortos

Massacre de Paraisópolis - no Baile da 17
 ■ 9 mortos

**2020
2021**

Governo Bolsonaro - um governo genocida:

1. Diversas pessoas morreram no estado do Amazonas por falta de galões de oxigênio
2. Chacina do Jacarezinho operação policial na favela do Jacarezinho (RJ, Favela do Jacarezinho)
 ■ 28 mortos
3. Ameaça de desabamento do Centro de Progressão de Pena do Butantã
4. Situação de calamidade nas unidades prisionais CDP de Mauá, CDP Vila Nova Independência, Penitenciária de Guarulhos
5. Aumento de 225% de mortes por COVID-19 no sistema prisional
 ■ 649 mortes na Fundação Casa (pessoas presas e servidores)
 ■ 450 mortes no sistema prisional (237 funcionário(a)s e 200 detento(a)s)
6. Atraso desproporcional da vacinação contra COVID-19 nas prisões



Frente Estadual pelo
Desencarceramento
de São Paulo

**TODA PRISÃO É UMA
PRISÃO POLÍTICA!**

@desencarcerasp

Violência política, o grande estrago da extrema-direita nas eleições

ISAÍAS DALLE

ISAÍAS DALLE É JORNALISTA E INTEGRANTE DA EQUIPE DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS.



ATO EM MEMÓRIA DO MARCELO ARRUDA. FOTO: MST

Já conhecida antes da apuração definitiva, a violência política é um dos resultados mais chocantes do processo eleitoral de 2022. Além dos assassinatos com motivação política e eleitoral que viraram notícia, pesquisas demonstram que essa violência assumiu proporções maiores e mais frequentes, muitas vezes sem que o público tomasse conhecimento.

Levantamento realizado pelas entidades de defesa dos direitos humanos Justiça Global e Terra de Direitos mostra que entre o final de agosto e início de outubro, quando a campanha não havia ainda atingido a elasticidade esperada para o segundo turno, houve dois casos de violência por dia no Brasil por conta das

eleições. 121 casos e 113 pessoas atingidas. Um assassinato, 14 atentados, 38 agressões e 39 ameaças, sem falar em ofensas e outras violências.

Já de acordo com pesquisa realizada pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Giel-Unirio),

entre o início de julho e o final de setembro foram 292 casos, ou quase três por dia. Um aumento de 110% em relação ao trimestre anterior. As ameaças foram as ocorrências mais comuns, com 105 registros. Agressões, 56 casos. Atentados, que incluíam tiros contra carros que conduziam candidatos, foram 26. E,

na mais grave das versões da violência, 18 pessoas ligadas diretamente ao processo eleitoral – candidatos ou lideranças partidárias – foram assassinadas. E três familiares de candidatos tiveram o mesmo fim.

As pesquisas não documentaram episódios que, embora impossíveis de monitorar, já foram testemunhados por muitas pessoas, como as frequentes intimidações e tentativas de constrangimento sobre quem manifesta voto diferente. Os alvos preferenciais dessa violência que escapa aos registros policiais costumam ser aqueles que já votaram ou pretendem votar em Lula para presidente. Isso pode ser percebido nas ruas e em estabelecimentos comerciais pela simples observação.

Apesar da ressalva de que o testemunho ocular é parcial e apresenta grandes chances de erro, essa impressão é reforçada pelos casos documentados. Personagens ligados ao PT e ao PSol, candidatos ou lideranças, foram os

mais atingidos pelas diferentes formas de violência política no período, em todo o Brasil. A pesquisa do grupo ligado à Unirio registrou 37 casos contra petistas e 19 contra psolistas. O PL, partido do presidente da República, teve 11 casos, seguido por PDT, com 12, e MDB, com 11. Na pesquisa da Justiça Global e Terra de Direitos, foram 21 casos de violência contra pessoas ligadas ao PT e 17 ligadas ao PSol, enquanto 11 denúncias foram encaminhadas por políticos do PL. Neste último caso, não é descartada a hipótese de ameaças ou agressões motivadas por disputas territoriais entre personagens do mesmo espectro político.

Há também a coação praticada pelas empresas. Os patrões passaram a usar abertamente o constrangimento e a ameaça aos trabalhadores para impedi-los de votar em Lula ou nos candidatos a governador que o acompanham no segundo turno. Em menos de uma semana após criar um canal de denúncias, a CUT (Central Única dos

Trabalhadores) foi informada, na primeira quinzena de outubro, de mais de 50 casos fundamentados de assédio eleitoral em locais de trabalho, que iam desde ameaça de demissão em caso de vitória do petista até promessa de prêmio em dinheiro em caso de derrota. Paralelamente, sindicatos têm levado denúncias ao Ministério Público, como os casos das empresas Stara e Extrusor, no Rio Grande do Sul, cuja prática de assédio foi gravada e chegou à mídia. O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, havia recebido aproximadamente 200 denúncias do tipo, nos dez primeiros dias de outubro.

A violência política não é fenômeno novo, mas seu ressurgimento como ferramenta de uso explícito, desavergonhado e em grande escala tem chamado a atenção de especialistas desde a campanha eleitoral de 2018. A violência direta ou a apologia a ela ganhou status de instrumento legal, com um dos candidatos – que se sagraria presidente da República naquele pleito

– chegando a ameaçar em comício, à luz do dia, seus adversários de prisão ou desterro. Foi ali também que uma forma antiga de violência ganhou proporções inéditas. As mentiras, em versões escabrosas, foram vitaminadas pelas redes sociais, que lhes garantem propagação exponencial, ao mesmo tempo que ocultam os rastros de seus criadores.

Na esteira daquela ode à estupidez e ao crime, em 2020, ano de campanhas municipais, o Grupo de Investigação Eleitoral da Unirio captou 538 casos de violência, entre agressões, atentados, ameaças e assassinatos. 240 desses episódios apenas no quarto trimestre, quando aconteceu a votação.

No segundo turno de 2022, ainda em curso quando esta revista estiver circulando, o temor de que a violência recrudescerá é grande. “O que o Brasil vive nos últimos quatro anos é inédito”, comenta o pesquisador e cientista político Felipe Borba, da Unirio. “E pode aumentar no perío-



ATO EM MEMÓRIA DO MARCELO ARRUDA. FOTO: FERNANDO ROCHA/BRASIL DE FATO

do pós-eleitoral, caso o atual presidente perca por uma margem pequena de votos”, afirma.

As candidaturas negras e LGBTQIA+ tendem a ser as mais hostilizadas e, por isso, mais suscetíveis ao temor. Pesquisa do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta que a violência contra candidaturas negras é um dos obstáculos para maior participação na política. E que essa violência atingiu especialmente negros e negras que já ocupavam cargos eletivos e foram perseguidos no exercício desses mandatos. Casos como o do vereador petista Renato de Freitas, de Curitiba (PR), que enfrentou pro-

cesso de cassação após ter participado de manifestação pacífica em templo católico da cidade.

Renato venceu o embate, mantendo seu mandato após decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu o caráter racista da tentativa de cassação. Mais que isso, foi eleito deputado estadual. Obteve mais votos que a soma dos três vereadores que, após terem tentado cassá-lo, também concorreram a vagas de deputado estadual. O caso de Renato tornou-se um símbolo de resistência, um exemplo de como não se curvar perante a onda de terror que a extrema-direita quer manter sobre a atividade política de maneira permanente.



RENATO FREITAS, VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POLÍTICA, RECUPEROU MANDATO E FOI ELEITO DEPUTADO ESTADUAL. FOTO: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

Para o sociólogo Paulo César Ramos, algumas medidas para combater as diferentes versões de violência política usadas no processo eleitoral já estão à disposição. É preciso levá-las a sério e fortalecê-las. “Por exemplo, a aplicação da lei que já coíbe estas práticas”, diz Paulo, coordenador do projeto Reconexão Periferias e autor da tese de doutorado “Gramática negra da luta contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018)”. O problema é que o Judiciário costuma ser conivente com este tipo de violação, lembra. “Também ocorre que este é um fenômeno um tanto recente, a violação política como método predominante. Já houve violência política antes, mas, em tal intensidade, é própria dos dias atuais”, afirma.

Há outros aspectos muito próprios do período, na opinião do sociólogo. “O vetor que está conduzindo a este tipo de violência é o uso do nome de Deus. Alguns pastores estão encorajando seus fiéis a produzir não só a violência física, mas também a mentira. E tem que acabar com a possibilidade de as pessoas andarem armadas, como se armas fossem peças de roupa”.

Para Gisele Barbieri, coordenadora do Programa Nacional de Direitos e Políticas da organização Terra de Direitos, é preciso uma ação integrada da sociedade civil, dos partidos políticos e dos parlamentares no sentido de pressionar o Estado a aperfeiçoar o combate à violência política. “Ainda existe um terreno muito desconhecido quando a gente fala desse instrumento que é a violência política e também das formas de coibi-la, porque essa violência se dá de diversas formas. Mas, concentrando na atuação da sociedade civil e de candidaturas, há algumas questões mais evidentes.

A redução de casos não vai ocorrer apenas com a mobilização da sociedade civil, isso é uma responsabilidade do Estado como um todo”, diz ela.

“A violência política é estruturante, é estrutural e sistemática. Há medidas que já foram iniciadas. Pressão e cobrança por canais de denúncias. Há muitos canais disponíveis, mas não estão integrados. A sociedade e as candidaturas populares têm que continuar pressionando. É preciso também formação de servidores públicos treinados para lidar com a violência política. Também precisamos que os partidos políticos se preparem para esse enfrentamento. Temos uma legislação aprovada em 2021 e os partidos precisam se adequar. Usando, por exemplo, parte do fundo eleitoral para combate à violência política. E as organizações da sociedade civil devem fazer o mapeamento dos casos, porque isso ajuda a elaborar métodos de combate a essa violência”. ■

Quando novas personagens entram em cena

VINICIUS CASTELLO, VEREADOR DE OLINDA PELO PT



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

O advogado, ativista de direitos humanos e vereador de Olinda pelo Partido dos Trabalhadores Vinicius Castello disputou uma vaga na Assembleia Legislativa na última eleição, em 2 de outubro, e ficou na segunda suplência, com 22.713 votos. O número representa

um aumento de mais de 1.000% em comparação com a primeira vez que se candidatou, dois anos atrás, e conquistou uma vaga na Câmara Municipal, com 2007 votos. Para ele, isso demonstra que a força da juventude preta, periférica, LGBT é de fato quem o apoia, pois entende a importância do voto consciente.

À frente de lutas coletivas, dos movimentos negro, LGBT e secundarista, o jovem parlamentar se reconheceu como ativista em direitos humanos e entendeu seu papel no mundo: construir políticas em conjunto e atuar dentro dos espaços mais marginalizados, escolhidos para o combate à desigualdade. Nesta entrevista, ele

conta um pouco de sua trajetória na militância e fala também sobre seu mandato, que atua prioritariamente com políticas públicas antirracistas, de combate à fome e às desigualdades.

Acompanhe:

Dos seus planos para o mandato, acha que tem conseguido cumpri-los?

Temos conseguido, sim. Quando eu me candidatei a vereador na cidade de Olinda, foi a candidatura que mais lançou propostas de políticas públicas na cidade. Salvo engano, 89 propostas. E o que a gente avalia nesses quase dois anos é que já cumrimos mais de 85% delas. Então, chegamos perto da metade do exercício e já houve um

avanço sobre políticas públicas implementadas, discutidas, propostas antes mesmo do mandato. Isso nos faz refletir de que é um mandato aberto e tem eficiência. Não só discutimos políticas públicas, mas procuramos viabilizá-las. Fico feliz ao observar que temos conseguido implementar a política antirracista, de combate à desigualdade e de combate à fome, que versa sobre a juventude negra periférica LGBT. E também entender que é um mandato aberto, no qual as pessoas se sentem confortáveis para colocar na mesa quais são as suas questões mais íntimas quanto à necessidade de políticas públicas dentro de construções subjetivas. É um mandato que consegue abraçar as mais diversas causas. E isso se traduz nos nossos resultados de atuação.

Entre esses planos, qual a prioridade, a demanda mais urgente?

Eu costumo dizer que o mandato vem não só para humanizar os espaços de poder, mas também para fazer com

que a gente consiga trazer criticidade para a maior parcela da população, cujo projeto político atual visa torná-los ignorantes. Falo isso porque represento corpos marginalizados, pessoas que muitas vezes não tiveram a oportunidade de chegar aos espaços nos quais estou inserido agora. Então, a primeira responsabilidade que eu tenho é como jovem, preto LGBT. E eu acho que é uma luta classista, protagonizada pela juventude atual, mas principalmente uma luta periférica. Então, de maneira imediata, fazer com que as pessoas consigam ter criticidade para que possamos seguir com o levante do protagonismo periférico. É mais do que importante, porque acaba sendo uma corrente, sabe? Faz com que a gente consiga conceber a importância de votar consciente, em pessoas que estejam ali para trabalhar, respaldar, resguardar os nossos direitos. Essa é a minha maior responsabilidade. Além de ocupar esse espaço e entender que "estou"

vereador e não sou. Isso reflete também que tipo de sociedade espero, principalmente como eu passei a impactar dessa maneira todos que me veem como liderança.

Por que você decidiu ser parlamentar? Como iniciou sua atividade política?

Eu nunca tive, na verdade, tanta pretensão de entrar na política institucional. Eu acho que quando se é da favela, muitas das vezes não se tem referência. Mas ao mesmo tempo se precisa entender como as pessoas gostam de instrumentalizar nossa vivência, nossa realidade. Sempre fui uma pessoa muito na minha. Quanto à própria participação política partidária, iniciei na adolescência, percorrendo uma narrativa de luta de movimentos sociais, mas sempre muito próximo do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos do campo progressista, entendendo também que é uma responsabilidade nossa construir internamente o partido. Mas foi no movimento

estudantil que eu iniciei a minha trajetória pessoal. À frente de lutas coletivas, dos movimentos negro, LGBT, secundarista, de temas que realmente tinham uma certa inserção. No impacto dos coletivos pude me reconhecer como ativista em direitos humanos, foi quando realmente consegui entender qual era o meu papel no mundo: construir políticas em conjunto e, de fato, atuar dentro dos espaços mais marginalizados, escolhidos para o combate à desigualdade. Acabei, inclusive, criando um coletivo de alunos negros e negras na Universidade Católica de Pernambuco, a mais elitizada do estado, um dia antes do atentado que matou a vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro. E aí a gente conseguiu colocar mais de duas mil pessoas negras, indígenas que vieram de escolas públicas pra dentro de uma universidade extremamente branca. E aí foi quando eu comecei a entender e a ouvir as pessoas sobre a possibilidade de entrar não só

para construir o partido institucionalmente, mas também de fortalecer uma luta que o Partido dos Trabalhadores já vem fazendo muito antes, até mesmo da minha existência, né? No PT eu comecei a entender, inclusive, qual o papel da juventude preta e periférica na sociedade, até ser eleito à vereança aqui na cidade, a primeira pessoa assumidamente LGBT de Olinda. E é por isso que com muito orgulho que, diante dessas construções coletivas e entendendo a nossa responsabilidade de juventude que posso representar o Partido dos Trabalhadores no município de Olinda.

Qual tem sido sua maior dificuldade até o momento no exercício do mandato? Quais segmentos sociais o apoiam e quais têm se oposto?

A juventude, principalmente, é quem me apoia. Eu fui candidato a deputado estadual este ano, fiquei na segunda suplência aqui no estado de Pernambuco. Mas quando me elegi vereador em Olinda, pouco mais de dois anos atrás, eu tive 2007 votos aqui na cidade. Agora, com quase dois anos de atuação, cheguei a 22.713 votos, que significam um aumento de mais de 1.000% em comparação com a primeira vez



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

em que eu me coloquei como opção. Isso demonstra que a minha força vem da juventude preta, periférica, LGBT, muitas mulheres também, pois entendem a importância do voto consciente.

Quem se opõe é uma classe conservadora que não entende que a juventude pode protagonizar lutas. Que é possível fazer uma política diferente da tradicional, assistencialista, que torna as pessoas dependentes da figura política e não conscientes do seu papel na sociedade, na busca pela implementação do que é de direito. Muitos conservadores, pessoas que são extremamente preconceituosas, que se apropriam de Deus, inclusive, para propagar o ódio, e infelizmente acabam instrumentalizando o seu nome para poder perseguir os outros. Isso é muito triste, mas ao mesmo tempo me faz entender que muitos já estão conscientes de que é possível fazer uma política transparente que consiga implementar ações para a coletividade.

E eu acho que é esse o público majoritário que eu tenho atingido na cidade.

Em comparação com os parlamentares mais experientes, que novidade você apresenta na sua forma de trabalho?

Eu acho que são várias. A primeira talvez seja demonstrar que é possível fazer políticas que precisam existir mas não se efetivam por uma questão de estrutura. A gente sabe muito bem como são esses espaços. Quando uma pessoa como eu, jovem, que tem uma perspectiva de sociedade diferente, uma sensibilidade muito maior para com as pessoas e a responsabilidade que é ocupar um espaço de poder, lida com questões simples a questões mais complexas. Por exemplo, a gente ter que ter, no mínimo, legendas em todos os setores, porque falamos sobre acessibilidade para quem, como todo contribuinte da cidade que paga imposto, também precisa ter acesso ao que um parlamentar está ali, pautando,

defendendo ou atuando. E aí é importante a gente ver que há uma adaptação dos parlamentares em todos seguirem legendas nos vídeos, coisas que não eram vistas em outros tempos aqui na cidade. Conseguimos mudar uma Câmara que nos últimos quatro anos de mandato só tinha nove projetos aprovados, muitos deles título de cidadão olindense ou renomeação de ruas. E construir politicamente mais de 200 projetos na metade de uma legislatura. Ou seja, ainda faltam mais dois anos e a gente já tem mais de 200 projetos. Não só meus, mas de outros parlamentares, pois isso se reverbera no diálogo para com os outros mandatos e influencia o todo. A periferia, a juventude, as mulheres, as pessoas com deficiência, que realmente vivenciaram, vivenciam certas situações à margem dos corpos que ocupam esses espaços desde o primeiro momento, já começam a transformar, a romper com uma normalidade hegemônica. Isso é um processo, é muito poderoso.

QUANDO NOVAS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

Como é ser um vereador originário das periferias em sua cidade?

É muito desafiador.

Faltam referências do que a gente faz dos nossos novos corpos políticos periféricos e que entendem a periferia como motor de construção social. E de criar essas referências, da responsabilidade que há em um processo que impacta diretamente, inclusive na nova construção de renovação da política institucional, de como outros atores podem se ver na gente a ponto de se colocarem como opção e também desbravar. Esse é um impacto muito importante. Mas também me faz perceber que ainda

há muito a ser feito. Falar sobre favela, sobre a periferia e também entender como, infelizmente, essas pessoas, em sua grande maioria, estão também sendo negligenciadas politicamente. E é necessário um processo de retomada não só da autoestima, mas do pensamento crítico, para que consigam entender que são a potência motora dessa sociedade e, a partir disso, se colocarem não como coadjuvantes de uma narrativa que é construída goela abaixo, mas estar no protagonismo de construção de uma renovação política. Então, falamos sobre a periferia de uma perspectiva muito de reconstrução de uma

sociedade, mas entendendo aqui os desafios de saber que falamos de pessoas que muitas vezes são instrumentalizadas para a manutenção de quem não tem responsabilidade com as vidas delas. É desafiador, mas ao mesmo tempo me faz ter a coragem de conseguir representar pessoas que, diferentemente de mim, vão passar a ter referência. Porque, por mais que eu não as tenha, estou me tornando uma e isso já impacta diretamente outros corpos que não têm.

Conte-nos um episódio recente que o tenha marcado, positiva ou negativamente.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

QUANDO NOVAS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

Eu vou falar positivamente, cabe aqui falar muito mais de experiência positiva que eu consegui observar. Faz poucos dias que crianças e adolescentes me abordaram na rua e têm me visto como referência, sabe? Eu fico muito orgulhoso porque, por mais que eu trabalhe, inclusive em pautas que envolvam a criança e adolescente, não é o público com o qual tenho tanto diálogo. Obviamente que eu participo, fortaleço muitas ONGs, só que a construção política acaba sendo muito mais para as pessoas adultas. E aí quando encontro crianças emocionadas, que querem tirar foto, que me acompanham, veem meus vídeos, acho muito bonito de ver e falar, porque eu queria ter sido uma criança que pudesse ver um jovem fazendo política. Um jovem que eu não tivesse medo ou receio ou que fosse exemplo de decepção ou destruição política, e sim um jovem que as pessoas falam bem e que eu quero abraçar. Isso é muito bonito, porque impacta

diretamente a vida das pessoas.

O que você diria para os jovens que pensam em seguir carreira política?

Eu diria pra tentar, sabe? Quando se é jovem, de fato há muitas questões que precisam ser reconhecidas como um processo humano, de amadurecimento e de conhecimento. É um espaço de muita responsabilidade, porque aqui não é brincadeira. Você lida com a representação, com processos mais pessoais de outras pessoas e as suas demandas políticas. Mas eu diria para tentar, para não desistir. Não deixar que todas as referências negativas que você já tem sejam maiores do que a sua vontade de fazer diferente. E isso a gente só consegue tentando. Eu estou tentando, por isso que eu peço que vocês continuem tentando também, porque eu acho que a gente só consegue transformar a política quando a gente tenta fazer diferente do que aquilo que a gente acredita que não precisa ser feito, que não

pode ser feito. Se você quer que pessoas sejam a referência política do fazer, do agir, não espere chegar, seja essa pessoa coerente de valores, mas de responsabilidade sobre o que quer representar. ■

Associação aposta em educação e cultura para formar jovens lideranças periféricas em Capim Grosso

ROSE SILVA

A Associação Educativo-Cultural Tarcília Evangelista de Andrade (AEC-TEA) surgiu em 1999 como iniciativa de um grupo de jovens voluntários, profissionais e estudantes, na cidade de Capim Grosso (BA). Desde sua fundação vem construindo um movimento



GRAFFITI: A ALMA NÃO TEM COR
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

de artistas e educadores que trabalham para difundir educação e cultura em sua comunidade, movidos pelo desejo de assegurar um mundo mais justo, sustentável e igualitário. Após um longo período de funcionamento em locais emprestados, a associação conquistou recentemente sede própria e se prepara para expandir seus projetos.

O corpo diretivo da entidade, bem como seus coordenadores e/ou educadores, são na maioria jovens que se formaram lá mesmo. Ou seja, as atividades são coordenadas por pessoas da comunidade: Artes Cênicas – com curso de teatro para crianças e jo-

vens, mantendo inclusive uma Trupe que desenvolve trabalhos na região; Artes Visuais – curso de fotografia para iniciantes, cujo programa é direcionado a enxergar a realidade com olhar crítico. A partir dele foi publicado um livro de fotografias sobre o cotidiano de Ca-

pim Grosso e região.

Atualmente a entidade vem ampliando e dinamizando as atividades existentes, nas áreas de formação cultural e social da juventude capim-grossense, que estejam ou não em situação de risco, mas que tenham

afinidades artísticas, com abordagem no direito à diversidade humana, seja de gênero, raça ou etnia. Os trabalhos culturais executados na instituição buscam empoderar assim a juventude, instigar a construção de perspectivas a partir de princípios e valores de vida e de reconhecimento enquanto agentes transformadores da sociedade.

Nascida em Capim Grosso, a advogada, militante do movimento de mulheres negras e diretora de Cultura do município, Luciene Rosa dos Santos, foi uma das primeiras voluntárias do projeto. Hoje ela ocupa a Presidência da instituição. Ela conta que sua participação foi inspirada na luta contra

o racismo e o machismo que permeou toda a sua existência. “Na AEC-TEA a gente pega esse menino, essa menina que está com baixa estima, negra, pobre, LGBT, e vai trabalhando, formando, dando oportunidade, vai dizendo pra ela: ‘você pode’. Até que chega um determinado momento que ela atinge a uma condição mais livre e consegue pensar por si só, ir lá na frente, falar e representar a instituição”, afirma.

“Você me pergunta por que entrei no processo de empoderamento das meninas negras. Eu sou a primeira pessoa da minha cidade, negra, que fez um curso de Direito assumindo a questão da identidade, do cabelo. Sou cotista

com muito orgulho. Era um curso elitizado, no qual tentaram me tratar diferente. Então eu tive que também fazer essa discussão dentro da instituição”, relata.

Luciene é uma das pessoas que vem batendo sobre a questão racial no interior da Bahia, onde os negros e negras ficam sem assistência e sem debate, mas acabam sofrendo muito. “A gente vê, por exemplo, jovens morrendo, a polícia matando. E não existe um clamor como se fosse na capital. Então há uma desassistência da polícia. O inquérito não anda”, diz. Ela também destaca que a mulher negra não assume lugares de poder. “Esses diálogos têm que ser feitos no interior da Bahia, sobre o papel da mulher doméstica em alguns lugares e sua vulnerabilidade”.

O jovem estudante Lucas Lima, de 19 anos, morador de Capim Grosso, militante do movimento de estudantes secundaristas e um dos diretores da AEC-TEA, relembra sua



GRAFFITI É UMA DAS ATIVIDADES PREFERIDAS DO COLETIVO. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

história na instituição. “Foi um lugar que me abraçou e, junto com o abraço, também vieram os cursos. Fiz teatro, fotografia. Tem a ver com um momento de descoberta minha mesmo, de que eu sou um homem preto, LGBT, que nem me conhecia antes de conhecer a associação”.

Ele considera essencial uma instituição como essa na cidade, porque lá as pessoas negras e LGBTs não têm uma representatividade forte como em Salvador, que é totalmente cultural. “Aqui o que sustenta a cultura é a nossa equipe. É um pilar, um local único em que os jovens alternativos da cidade vão se sentir em casa mesmo e se sentir abraçados”. “Sou grato porque hoje tenho a minha própria voz e isso é fundamental. Não estou ainda 100%, mas eu vou estudar mais ainda para mobilizar os meus e trazer para a cultura”, afirma.

História - Nos primeiros anos após sua fundação, a AEC-TEA



III FEIRA CULTURAL. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

investiu em trabalho de base com um grupo de voluntários locais, mobilizando escolas e órgãos públicos para criação de um conselho apto a dar início às movimentações culturais na sede.

Até 2008, suas atividades sócio-educativas envolviam a realização de programas de rádio comunitários, palestras e projetos aplicados em pré-escolas do município, além de outras ações culturais, como o Cinema das Mangueiras, o projeto Música Bacana Brasileira (MBB) e artesanato. Em 2009, a entidade foi contemplada com o edital “Pontos de Cultura” e ampliou sua oferta com cursos de fotografia e teatro. Em 2010, realizou a 1ª Feira Cultural, em parceria com Banco do

Nordeste, um projeto que mantém até hoje.

Em 2011, a partir do edital Demanda Espontânea do FCBA, ganhou a oportunidade de publicar o Livro Fotográfico *Capim Grosso*, composto das fotografias dos alunos do curso. Em 2012 foi contemplado no edital “Jovens Multiplicadores de Cultura” com um projeto que focou a fomentação de ações musicais com Música Bacana Brasileira e Samba de Roda e Piegas. Ainda em 2012, escreveu para o Edital de Ações Continuadas, do FCBA, que ampliou as oficinas com percussão Nordestina, Fotografia e Saraus. Além de ter conseguido realizar a 3ª edição da Feira Cultural. ■

Chrystian Roque



FOTO: LETÍCIA NOGUEIRA

Chrystian Roque é ator, dramaturgo e produtor cultural. Nascido e criado na Zona Leste de São Paulo, reside no bairro de Cidade Tiradentes. Teve seu contato com o teatro na adolescência, por meio de um grupo de leitura dramática que realizava leituras de obras de Shakespeare e Nelson Rodrigues na biblioteca do CEU Inácio Monteiro.

Trabalhou com arte-educação como voluntário no projeto “*Círculos de Leitura*” focado na leitura de clássicos da literatura junto a alunos de escolas públicas do estado de SP e como monitor do projeto “*JADE - Jovens Agentes pelo Direito à Educação*”, desenvolvido pela ONG Ação Educativa, voltado à discussão de políticas públicas na área da educação com jovens estudantes

da Zona Leste do município de São Paulo. Entre os anos de 2014 e 2017 foi assistente de produção das equipes de curadoria artística (dança e teatro) do Programa de Qualificação em Artes da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, no acompanhamento do desenvolvimento técnico e artístico de grupos, companhias e coletivos de artistas do interior e litoral do estado de São Paulo.

Estudou na Escola Livre de Teatro de Santo André, onde participou do experimento cênico “*Plágio. Woyzeck*”. No ano de 2018 fundou o Ínteros Coletivo de Atores, coletivo teatral voltado a pesquisa de interpretação em espaços não convencionais onde atuou no experimento cênico *O Caso dos Irmãos Naves* e dos espetáculos *InCasa* e *Os Naves*. No ano de 2021 foi selecionado para *Residência Periférica ON*, projeto da Crioulos Cia. de Dança de São Paulo, onde, como dramaturgo, desenvolveu o experimento cênico audiovisual *Terreno Baldio*. Recentemente contribuiu como ator e colaborador da área de direção com a Bendita Trupe nos espetáculos *Fortes e Vingativos como o Jaboti e Desmascarados, uma (des)homenagem aos Reis da Vela do séc. XXI*. Atualmente colabora como criador com a Companhia Babelica de Teatro e Coletivo Teatral Mâli.

TRECHO DA DRAMATURGIA “TERRENO BALDIO”

(...) **MARIA VIOLETA** – O que você escolhe para vestir? Qual tecido lhe cobre a noite? Os descamisados continuam por aí cobertos para que não sejam escutados. Algodão, linho, sarja, fio, cordão, corda, lenço, lençol, pano, toalha, rede. Aceitam um bordado? Um pano de prato? Um retalho?

Tem frio lá fora, os povos sempre caminharam com seus panos e eles continuam como o vento pra lá e pra cá sem casa e nas plataformas de trem presos em um quase fim e um nunca começo. Aceitam um bordado? Um pano de prato? Um retalho?(...)

CONTATOS:

Instagram: @roquelowy

E-mail: contato.roquechrystian@gmail.com

A luta por um país democrático em suas diversas dimensões

Desde o início de 2020, o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ativistas e militantes de todo o país. Durante o mês de se-

tembro de 2022, foram realizados programas com temáticas relacionadas à última edição da Revista Reconexão Periferias: “Saúde mental e a luta por um país democrático”, além do lançamento da “Agenda de políticas públicas para fortalecer e transformar o

trabalho por conta própria”, produto do eixo de trabalho do Projeto Reconexão Periferias. Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de setembro e acesse o canal da FPA para assistir:

Dia 06/09/2022: Movimentos populares e a luta dos excluídos - com Raimundo Bonfim

Dia 13/09/2022 - Lançamento da “Agenda de políticas públicas para fortalecer e transformar o trabalho por conta própria” - com João Carlos Nogueira e Jacques Mick

Dia 20/09/2022 - Participação política também é terapia - com Mario Carvalho

ENTREVISTA 6 DE SETEMBRO - 17H

MOVIMENTOS POPULARES E A LUTA DOS EXCLUÍDOS



RAIMUNDO BONFIM
coordenador da CMP, uma das organizadoras do Grito dos Excluídos

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[FundacaoPerseuAbramo](#)

LANÇAMENTO 13 DE SETEMBRO - 17H

AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORTALECER E TRANSFORMAR O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA




JOÃO CARLOS NOGUEIRA
Coordenador da Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro) e do Observatório UFSC/Reafro

JACQUES MICK
Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) da UFSC

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[FundacaoPerseuAbramo](#)

ENTREVISTA 20 DE SETEMBRO - 17H

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA TAMBÉM É TERAPIA



MARIO CARVALHO
Doutor em Saúde Coletiva. Coordenador do Projeto terapêutico Vozes e Cores para pessoas LGBTQIA+, da UERJ

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[FundacaoPerseuAbramo](#)

Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

XIV Semana de Letras o tema "A modernidade desvairada de 22"

Data: 17/10/2022 a 21/10/2022 às 14h30 até às 18h
Onde: Universidade Federal de Alagoas - Av. Lourival de Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões - Maceió, AL
[Ingressos](#)

Cine Diversidade | Eu sou a próxima

Data: 18/10/2022 às 18h30
Onde: Mis Cine Santa Tereza - Rua Estrela do Sul, 89, Santa Tereza - Belo Horizonte, MG.

II Encontro de Neab, Neabis e Grupos Correlatos

Data: entre 18/10/2022, a partir das 14h, e 20/10/2022
Onde: Câmpus Belém do IFPA - Belém, PA. [Mais informações aqui](#)



Show: Girasonhos - em Canta Girasonhos

Data: 19/10/2022 às 10h
Onde: CEU Butantã - Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 1870 - Jd. Esmeralda - São Paulo, SP

Show: Pequeno Coração Caipira - em Caipira Caiçara

Data: 19/10/2022 às 15h
Onde: CEU Butantã - Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 1870 - Jd. Esmeralda - São Paulo, SP.

Provocações 1 – Literaturas africanas, literatura mundo?

Data: 19/10/2022 às 10h
[Veja aqui](#)

Espetáculo "amor, paixão e poesia" com Cia de Dança Aline Rodrigues

Data: 20/10/2022 às 19h
Onde: Porto Dragão - Rua Bóris, 90, Centro - Fortaleza, CE.

Show: Cris Barulins - em Planeta Peteca

Data: 20/10/2022 às 10h
Onde: CEU Campo Limpo - Av. Carlos Lacerda, 678 - Pirajussara - São Paulo, SP.

Show: Luana Bayô – em Cantos do Fogaréu

Data: 20/10/2022 às 14h30
Onde: CEU Campo Limpo - Av. Carlos Lacerda, 678 - Pirajussara - São Paulo, SP.

Lançamento do livro “A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos”: cultura e política na periferia de São Paulo” - de Tiaraju D’Andrea

Data: 22/10/2022 às 12h30
Onde: Sesc Itaquera - Av. Fernando do Espírito Santo Alves de Mattos, 1000 - Itaquera - São Paulo, SP.

Projeto Palco Natal - A Invenção do Nordeste

Data: 23/10/2022 às 19h
Onde: Teatro Riachuelo Natal - Avenida Bernardo Vieira, 3775 - Loja 234 3º Piso - Tirol - Natal, RN.
[Ingressos e mais informações](#)

Rap no Hipódromo

Data: 23/10/2022 às 16h
Onde: Avenida Professor José dos Anjos, 46 - Saramandaia - Recife, PE.

VIII SECITEC - Semana de Educação, Ciência e Tecnologia do IFBA - Campus Jequié

Data: 25/10/2022 a 29/10/2022
Onde: Instituto Federal da Bahia - Campus Jequié - Cidade Nova - Jequié, BA.
[Mais informações aqui](#)

XI Simpósio Internacional de Gêneros Textuais/Discursivos (SIGET)

Data: 26/10/2022 a 28/10/2022
Onde: Universidade Federal da Paraíba - Campus I Lot. Cidade Universitária - João Pessoa, PB.
[Mais informações aqui](#)

Slam da Guilhermina

Data: 28/10/2022 às 19h30
Onde: Local: Praça anexa à Estação Guilhermina Esperança - São Paulo, SP

Lançamento do livro “A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos”: cultura e política na periferia de São Paulo” - de Tiaraju D’Andrea. Data: 29/10/2022 às 16h00
Onde: Ocupação Coragem - Rua Vicente Avelar, 53 - Conj. Res. José Bonifácio - São Paulo, SP.

Exposição: Primavera Psicodélica

Data: de 01/10/2022 a 04/11/2022
Onde: Galeria e Espaço Cultural Van Gogh - Q 8, , Próximo ao Hospital de Sobradinho, Sobradinho - Brasília, DF.

XI Jornada de Pesquisa em Artes Cênicas e II Colóquio de Pesquisa em Artes nas Escolas

Data: 03/11/2022 a 05/11/2022
Onde: Universidade Federal da Paraíba Campus - Jardim Cidade Universitária - João Pessoa, PB
[Mais informações aqui](#)

XIX Semana de História UFMS CPTL - Quais os sentidos da comemoração? O bicentenário da independência e o centenário da semana de arte moderna

Data: 07/11/2022 a 09/11/2022
 Onde: UFMS - Unidade II Três Lagoas - Três Lagoas, MS.
[Mais informações aqui](#)

Memórias da Loucura 5: Liberdade, Cidade e Cultura

Data: entre 08/11/2022 e 10/11/2022
 Onde: Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira - R. Ramiro Magalhães, 521 - Engenho de Dentro - Rio de Janeiro, RJ
[Mais informações aqui](#)

II FICS - Fórum Internacional de Cidades Sustentáveis. Clima & Biodiversidade

Data: 10/11/2022 a 11/11/2022 às 8h até às 13h. Onde: Ritz Lagoa da Anta Hotel - Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes de Brito, 546, Lagoa da Anta - Maceió, AL. [Ingresso gratuito aqui](#)

Sarau Art

Data: 12/11/2022 às 18h
 Onde: CEU Alvarenga - Estrada do Alvarenga, 3752 - Balneário São Francisco - São Paulo, SP.

II Novembro Negro da PUCPR: 70 anos de "Pele negra, máscaras brancas"

Data: 16/11/2022 às 19h
 Onde: Auditório John Henry Newman na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) - R. Imac. Conceição, 1155, Prado Velho - Curitiba, PR.

V Encontro de Pesquisas, Diálogos, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga! Encontro Professora Maria Geralda de Almeida!

Data: 17/11/2022 a 19/11/2022
 Onde: Cavalcante, GO.
[Mais informações aqui](#)

Plataforma Entretodos

Elaborada com apoio da Fundação Friedrich Ebert Brasil e outros parceiros, tem como objetivo promover a educação em direitos humanos e o formato audiovisual através de curtas-metragens sobre direitos humanos, democracia, igualdade racial e de gênero e muitos outros temas.
<https://acervo.entretodos.com.br/>

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
<p>Processo Seletivo Gaussianos Vestibulandos 2023</p>	<p>É com alegria que anunciamos a abertura das inscrições para o Processo Seletivo para novos Gaussianos 2023, este ano com uma novidade: bolsas online para jovens da rede pública de qualquer cidade do Brasil, desde que possua renda per capita até 1,5 salário mínimo. Os estudantes de escolas públicas que pretendem fazer o pré-vestibular no próximo ano já podem concorrer a uma bolsa Gauss, que inclui como benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma bolsa de estudos integral em um cursinho parceiro • mentoria individualizada • suporte psicológico e pedagógico • plataformas especializadas de redação e simulados • aulas de reforço • auxílios financeiros conforme necessidade • rede de apoio e contatos 	<p>Até 30 de novembro de 2022</p>	<p>https://gauss2023.trieduc.com.br/</p>
<p>PROJETO BRA/18/G31 – Fitoterápicos</p>	<p>IEB lança editais para seleção de organizações que atuam com plantas medicinais no Cerrado. Os editais estão focados no fortalecimento das cadeias de valor de fitoterápicos no bioma e vão selecionar quatro organizações constituídas por Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e/ou Agricultores Familiares, que participem de uma organização formalmente constituída e que desenvolvam trabalhos com as espécies nativas do Cerrado que foram listadas na chamada.</p>	<p>Até 23 de outubro de 2022</p>	<p>https://capta.org.br/oportunidades/projeto-bra-18-g-31-fitoterapicos/</p>

<p>Projeto Floresta + Amazônia</p>	<p>O projeto recebe inscrições para a segunda chamada pública na modalidade Conservação e tem chamada aberta para a modalidade Recuperação. Estão aptos a se inscreverem pequenos produtores e pessoas que possuem propriedades rurais na Amazônia Legal. Os selecionados receberão incentivos financeiros pela conservação da vegetação nativa, após a verificação e cumprimento dos critérios de seleção. O projeto é uma parceria entre o Ministério do Meio do Ambiente (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).</p>	<p>Até 28 de fevereiro de 2023</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/projeto-floresta-amazonia/</p>
<p>Edital Amazônia Resiliente</p>	<p>O edital busca fortalecer organizações comunitárias na Amazônia e contribuir para a proteção de seu território por meio do apoio a pequenos projetos de alto impacto. Estão aptas a se inscreverem comunidades tradicionais como povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, entre outros que integram “os povos da floresta”. Os territórios abrangidos nesta Chamada são organizações localizadas no Alto e Baixo Rio Negro, Vale do Javari, Alto e Médio Rio Purus e o Estado do Acre. Serão apoiados até 24 projetos de até R\$ 35.000,00 – totalizando R\$ 840 mil reais. São elegíveis as organizações sem fins lucrativos, as associações locais e Grupos de Comunidades com orçamento anual de até R\$ 150 mil e organizações que não possuam CNPJ.</p>	<p>Até 1 de novembro de 2022</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/edital-amazonia-resiliente/</p>

OPORTUNIDADES

<p>Edital Ruas da Copa 2022</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Edital Ruas da Copa 2022, patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult). O Edital tem como objetivo selecionar propostas de decoração de ruas e espaços públicos por ocasião da Copa do Mundo FIFA de 2022, que prevejam também a exibição pública dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, semifinais e finais do evento, que ocorrerão nos meses de novembro e dezembro de 2022.</p>	<p>Até 17 de outubro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/11997-edital-ruas-da-copa-2022</p>
<p>Edital de Projetos via Incentivos Fiscais 2022</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Edital de Projetos via Incentivos Fiscais 2022, patrocinado pelo Celeo Redes Brasil. O Edital tem como objetivo apoiar projetos de cultura, educação, direitos, bem-estar, saúde e/ou esporte via leis de incentivo fiscal federais.</p>	<p>Até 23 de outubro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/12054-edital-de-projetos-via-incentivos-fiscais-2022</p>
<p>Edital Funcultura 2022</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Edital Funcultura 2022, patrocinado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria. O Edital tem como objetivo selecionar e apoiar projetos culturais que tenham a finalidade de fomentar a economia da cultura local e incentivar artistas, grupos artísticos e produtores culturais.</p>	<p>Até 23 de outubro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/12120-edital-funcultura-2022</p>
<p>Programa Laboratório da Cena Funarte MG 2022-2023</p>	<p>O objetivo da iniciativa é disponibilizar espaço para suporte para pesquisa, criação e ensaios, de diferentes artistas, companhias e coletivos de circo, dança, teatro, música e de áreas transversais a essas linguagens.</p>	<p>Até 28 de fevereiro de 2023</p>	<p>https://www.gov.br/funarte/pt-br/editais/2022/programa-laboratorio-da-cena-funarte-mg-2022-2023</p>

<p>Edital fixo Klabin Transforma</p>	<p>O edital fixo <i>Klabin Transforma</i> busca apoiar iniciativas que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da Klabin, que possui quatro linhas de atuação: desenvolvimento local, educação, cidadania por meio da cultura, esporte e educação ambiental.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://klabin.com.br/sustentabilidade/doacoes-e-patrocínios/como-enviar-um-proje</p>
<p>Aliança Regenerativa</p>	<p>Somos diversas organizações socioambientais que, solidárias frente ao sofrimento em Brumadinho, decidiram criar o Fundo Regenerativo Brumadinho e agir de forma unificada, como sociedade civil, em prol da regeneração de toda a extensão da área afetada, banhada pelo rio Paraopeba.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6298-alianca-regenerativa</p>
<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</p>

OPORTUNIDADES

Edital da Fundação John Deere	Apoiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação. Para projetos aprovados via Incentivo Fiscal atuamos com as legislações no âmbito Federal, Estadual e Municipal.	Inscrições contínuas	https://prosas.com.br/editais/9250-fundacao-john-deere-banco-de-projetos
Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino	Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.	Inscrições contínuas	https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino